



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

12 de Agosto 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Ponto Final	Data: 12/07/2015
Assunto: Merenda		Página: 25

Notícias do Dia

Merenda saudável

As empresas responsáveis pela merenda escolar no Estado estão lançando o novo Programa de Educação Nutricional, neste segundo semestre letivo. O projeto "Os dez passos para uma alimentação adequada e saudável", instituído pelo Ministério da Saúde, tem a finalidade de orientar as crianças sobre a importância dos alimentos *in natura*, limitar o consumo de alimentos processados, desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina	Editoria: Mario Motta	Data: 12/08/2015
Assunto: Julgamento		Página: on-line



Mário Motta: aplausos para o Juiz que defende a figura do professor

"Julgar procedente esta demanda, é desferir uma bofetada na reserva moral e educacional deste país"

O juiz E.B.M., da 1ª Vara Cível e Criminal de Parnamirim, Rio Grande do Norte, julgou improcedente um pedido de indenização de um aluno (representado por sua mãe) contra o professor que tomou seu celular em sala de aula.

Na negativa, o juiz afirmou que:

— O professor é o indivíduo vocacionado a tirar outro indivíduo das trevas da ignorância, da escuridão, para as luzes do conhecimento, dignificando-o como pessoa que pensa e existe.

E disse mais: — Julgar procedente esta demanda, é desferir uma bofetada na reserva moral e educacional deste país...

Por fim, o juiz ainda faz uma homenagem ao professor: — No país que virou as costas para a Educação e que faz apologia ao hedonismo inconsequente, através de tantos expedientes alienantes, reverencio o verdadeiro Herói Nacional, que enfrenta todas as intempéries para exercer seu 'múnus' com altivez de caráter e senso sacerdotal: o Professor.

Esse meritíssimo é dos meus. Aplausos para o senhor Juiz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 12/08/2015
Assunto: Jovem Senador		Página: Online



Participe do concurso e seja um Jovem Senador

Encerra-se no dia 21 de agosto o prazo para que as escolas encaminhem as redações selecionadas no Programa Jovem Senador para as secretarias estaduais de Educação. As três melhores redações de cada estado serão enviadas a Brasília.

— Só vale o que chegar às secretarias até essa data de postagem nos Correios. Aqui, uma comissão julgadora do Senado escolhe a melhor redação de cada estado e, entre essas, as três melhores do país — explica Marcia Yukiko, da Secretaria de Relações Públicas do Senado.

O Jovem Senador é um projeto anual que incentiva a participação de estudantes na política. Por meio de um concurso nacional, 27 estudantes têm a oportunidade de vivenciar o trabalho dos senadores.

O projeto seleciona as melhores redações de estudantes de até 19 anos do ensino médio das escolas públicas estaduais e do Distrito Federal. A cada ano é proposto um tema de redação como forma de ingresso. A legislatura tem duração de três dias e inicia-se com a posse dos jovens senadores e a eleição da Mesa. Os trabalhos são encerrados com a aprovação dos projetos e a consequente publicação no Diário do Senado Federal.

Este ano o projeto chega à sua quinta edição e o resultado final deverá ser divulgado até o dia 14 de outubro em uma cerimônia especial.

O site do Jovem Senador tem publicado depoimentos em vídeo de alunos que já participaram. Também é possível conferir o perfil dos estudantes que foram "jovens senadores" e ler as redações que garantiram espaço no projeto. O site ainda oferece links para cursos online sobre o Poder Legislativo Brasileiro, destinados aos professores orientadores das redações.

Premiação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os autores das 27 melhores redações — um por unidade da Federação — serão automaticamente selecionados para vivenciar, em Brasília, o processo de discussão e elaboração das leis do país, simulando a atuação dos senadores da República.

Além da viagem à Brasília, medalha e certificado, outros prêmios também estão previstos para os estudantes (notebook), os professores (tablet) e para as escolas (computadores para as três primeiras classificadas nacionalmente).

Projetos

Dois projetos de Lei do Senado foram elaborados a partir de sugestões de participantes do Programa Jovem Senador. No fim do ano passado eles foram aprovados e encaminhados à Câmara dos Deputados. Um deles obriga os professores em exercício ou contratados para lecionar no ensino básico a comprovar qualificação. O outro determina que estudantes com baixo rendimento escolar sejam incluídos em plano de recuperação especial.

O PLS 185/2012 nasceu de uma sugestão feita em 2011 pela estudante baiana Adrielle Souza. O objetivo do projeto é modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para assegurar expressamente a comprovação de qualificação pelos professores, ou seja: obriga o Estado a prover professores qualificados no sistema educacional.

Já o PLS 467/2012, que determina que estudantes com baixo rendimento escolar sejam incluídos em plano de recuperação especial, surgiu de ideia da "jovem senadora" Rafaela de Souza e Silva, que participou do programa em 2011, representando o estado de Mato Grosso.

De acordo com o texto, os sistemas de ensino precisam identificar, até o final do primeiro bimestre letivo, os estudantes dos ensinos fundamental e médio com baixo rendimento ou baixa frequência, para incluí-los em plano de recuperação. O plano prevê a ampliação do horário escolar, a visita de educadores ao ambiente familiar e, quando necessário, a assistência psicológica aos estudantes.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 12/08/2015
Assunto: Recomeço		Página: Online



SANTA CATARINA



Mãe cursa 7º ano na mesma classe do filho de 13 em Urussanga, SC

*Começo foi complicado. 'Os amigos começaram a pegar no pé', diz menino.
Rosana usa uniforme e é elogiada pela professora: 'Mulher que batalha'.*

Depois de 28 anos afastada da escola, já perto dos 40 anos, Rosana Soares Sangaletti decidiu voltar a estudar. O que ela não imaginava é que iria parar na mesma classe do filho Paulo, de 13 anos. Hoje, os dois frequentam o sétimo ano de uma escola estadual de Urussanga, no Sul de Santa Catarina.

Fora da escola desde os 11 anos, quando abandonou os estudos para trabalhar, Rosana achou que precisava voltar às salas de aula em 2013. Como não havia turmas fechadas de educação para jovens e adultos na cidade, ela se matriculou no 4º ano no ensino regular. No ano passado, fez um exame, pulou o 5º ano e virou companheira de classe no filho.

No começo foi difícil para o garoto aceitar a ideia de ver a mãe usando o mesmo uniforme amarelo e sentada na carteira ao lado. “Os amigos começaram a pegar no pé”, conta Paulo.

Logo, porém, Rosana estava integrada à turma. Ela conta que acorda às 6h da manhã para cuidar da casa, segue para escola e depois emenda com o trabalho até as 23h - faz serviços gerais em uma fábrica de plásticos.

“Ser mãe, esposa, dona de casa, funcionária e estudante, tudo ao mesmo tempo, é difícil. Mas a gente espera sempre o melhor, né?”, diz Rosana.

A rotina é cansativa, mas tem valido a pena, segundo a mãe. “É bem corrido. A gente dorme pouco, não tem tempo de estudar para prova. E olha que estou com nota boa. Tirei um 9,5 em história sem abrir o livro!”, revela a estudante de 39 anos.

Muitas vezes ela chega cansada e estafada da noite de trabalho e mesmo assim consegue tirar energia para estudar”

Margione Ganzer, professora



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O esforço é reconhecido. “É uma mulher que trabalha muito, que batalha. Muitas vezes ela chega cansada e estafada da noite de trabalho que ela teve e mesmo assim consegue tirar energia para estudar”, diz a professora Margione Ganzer.

A direção e a gerência de educação não viram nenhum impedimento legal em incluir uma mulher de 39 anos em uma turma de ensino regular. Apesar de mãe e filho estarem na mesma sala, cada um sabe o seu limite. “Isso é importante para desenvolvimento do próprio aluno e dela também”, explica a diretora Lisiani Fenili.

“Mesmo parando de estudar quando era pequena, ela não desistiu porque tinha um sonho”, diz Isis Gonçalves, que estuda na mesma classe de Rosana e Paulo. Aos 12 anos, a menina valoriza a determinação da colega mais velha. “Ela voltando a estudar é um exemplo para todo mundo da sala”.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 12/08/2015
Assunto: Seminário		Página: Online



O ENSINO BRASILEIRO EM DEBATE

Seminário levanta os principais problemas do sistema educacional e discute possíveis soluções

Fonte: Correio Braziliense (DF)

Os desafios do sistema educacional brasileiro foram o foco do seminário promovido ontem pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) em Brasília. Especialistas da área e representantes da entidade se reuniram para apresentar diferentes perspectivas sobre os problemas da Educação no país e para apontar possíveis soluções. No auditório, dezenas de aprendizes e estagiários acompanharam os pronunciamentos e palestras.

O presidente do Conselho Administrativo do CIEE Nacional, Luiz Gonzaga Bertelli, abriu o Seminário sobre a Educação brasileira, capacitação da juventude para o mercado de trabalho e inclusão social falando sobre a importância da capacitação dos jovens. “Os estudantes, estagiários e aprendizes melhoram o rendimento em sala de aula aplicando o que aprendem em ambiente corporativo.”

Bertelli destacou ainda a discrepância que existe entre a mão de obra brasileira e a expectativa das empresas com relação a ela. Apesar de o acesso a todas as etapas do Ensino ter aumentado —principalmente às universidades, por meio de programas do governo —, isso não se refletiu na melhora da qualidade da formação. “Em 2015, enquanto o Brasil está formando mais gente, o mercado se queixa de falta de trabalhadores qualificados”, observou.

Também participou do evento o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, que reiterou a preocupação do governo com a qualificação. “A maioria dos jovens está na exclusão, sem oportunidade de ingressar no mercado de trabalho por falta de qualificação profissional, em decorrência da baixa Escolaridade”, avaliou. Durante a exposição, Dias lembrou a importância da ação permanente e colaborativa entre as esferas federal, municipal e estadual de governo e as entidades da sociedade civil. “É a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

soma que dá resultado. Não adianta se investir em programas que implicam em custos desnecessários e cujo resultado, muitas vezes, não alcança os objetivos.”

O DF foi representado pelo secretário de Educação, Júlio Gregório, e pelo reitor da Universidade de Brasília (UnB), Ivan Camargo. Gregório falou sobre a reforma do Ensino médio, em debate no Congresso Nacional. O secretário criticou os projetos que tramitam na Casa e elencou problemas do modelo atual. “Precisamos abrir espaços para que nossos Alunos tenham possibilidade de desenvolver suas capacidades de trabalho e criativa, que estão amordaçadas por um currículo que coloca 13 componentes obrigatórios.”

Para ele, o ideal é dar mais liberdade às Escolas de trabalharem os próprios projetos pedagógicos e, assim, permitir que elas tenham relações mais produtivas com instituições como o CIEE. Ivan Camargo reforçou que o engessamento do currículo é uma preocupação que deve ser levada também ao Ensino superior. Entre os problemas que assolam as universidades públicas hoje, ele listou a autonomia para a tomada de decisões e defendeu que não seja comprometida com um número excessivo de leis. “A nossa universidade pública está com um grau de problema de governança, de financiamento e de autonomia.”

Também participaram do seminário Eduardo Dalbosco, assessor parlamentar do gabinete da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e o presidente emérito do CIEE, Paulo Nathanael Pereira de Sousa. Os palestrantes Arnaldo Niskiere Cláudio de Moura Castro fizeram um breve diagnóstico da Educação brasileira e levantaram algumas propostas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 12/08/2015
Assunto: Undime		Página: Online



PRÊMIO UNDIME JORNALISMO

Concurso tem como objetivo valorizar e reconhecer a prática jornalística voltada à identificação e discussão de boas iniciativas municipais na Educação Básica pública

Fonte: Portal Undime

O Prêmio Undime de Jornalismo tem como objetivo valorizar e reconhecer a prática jornalística voltada à identificação e discussão de boas iniciativas municipais na educação básica pública.

A partir do tema "Boas iniciativas na educação básica pública municipal", a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em parceria com a Fundação Itaú Social, a Fundação Lemann, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco no Brasil), Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), o Instituto C&A, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Fundação Santillana, realiza a 1ª edição do Prêmio Undime de Jornalismo.

O Prêmio está dividido em quatro categorias: mídia impressa (jornal ou revista), telejornalismo, radiojornalismo e webjornalismo. Os interessados já podem se inscrever! Para participar é preciso ter o registro profissional de jornalista e o trabalho inscrito deve ter sido publicado e/ou veiculado a partir do dia 1º de janeiro de 2014. Para saber mais detalhes confira o Regulamento.

Do total de inscritos, 13 trabalhos serão premiados. Para cada categoria haverá um 1º lugar, que receberá o prêmio no valor de R\$ 18 mil reais; um 2º lugar, cujo prêmio será de R\$ 12 mil reais e o 3º lugar de cada categoria receberá um prêmio no valor de R\$ 8 mil reais. Além disso, haverá uma menção honrosa, no valor de R\$ 5 mil reais.

Sobre a Undime

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) é uma associação civil sem fins lucrativos cujo objetivo é lutar pelo direito à educação pública de qualidade. Desde 1986, ano em que foi criada, a Undime representa os secretários



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

municipais de educação. A nossa missão é articular, mobilizar e integrar esses gestores para construir e defender a educação pública com qualidade social.

Por isso, quando o tema é educação pública a Undime está sempre presente. Seja na educação infantil, de jovens e adultos, alfabetização ou na educação para a paz. Temas como carreira e formação dos trabalhadores em educação, gestão democrática, políticas públicas sociais, articulação com os governos, a sociedade, a família, a criança e o jovem estão constantemente em pauta. Acesse undime.org.br e saiba mais!



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 12/08/2015
Assunto: PNE		Página: Online



OPINIÃO: PNE EM TEMPOS DE CRISE

"O PNE é uma colcha de retalhos que implicará aumento anual de gastos de 4% do produto PIB e comprometimento ainda maior de recursos da Previdência Social", afirma João Batista Araújo e Oliveira

Fonte: Estadão.com

Em educação não existe tempo bom. Educação e escola estão irremediavelmente associadas ao conceito de crise. O Brasil, que vive profunda crise econômica e política, se vê diante de um movimento orquestrado que tenta implementar a ferro e fogo as propostas do Plano Nacional de Educação (PNE). O que se esconde por trás de tanto açodamento?

O PNE, lei federal, é uma colcha de retalhos que implicará aumento anual de gastos de 4% do produto interno bruto (PIB) e comprometimento ainda maior de recursos da Previdência Social, no longo prazo. Isso representa um gasto permanente, muito maior que todos os projetos-bomba do deputado Eduardo Cunha somados. O mais grave é que, mesmo se for 100% implementado, o impacto não será significativo, pois o plano responde mais a interesses corporativos ou objetivos inócuos do que a mudanças que efetivamente possam contribuir para melhorar a qualidade do ensino. Quem perde com isso são os que dependem da escola pública – quase 90% da população brasileira.

Para refrescar a memória, a elaboração do PNE foi, como quase tudo no Brasil, capitaneada por grupos de base corporativista, apoiados num Estado reconhecidamente aparelhado, e as poucas concessões foram feitas para assegurar esses interesses. Metas ou mitos? Uma análise das 20 metas do PNE facilmente revelam que se trata muito mais de mitos. O pressuposto é o de que mais é sinônimo de melhor, fato desconfirmado pelo dia a dia, a começar pela ideia de que mais recursos resultam em melhor educação.

Nenhuma das propostas apresentadas corresponde ao que sabemos sobre o que funciona em educação ou às melhores práticas adotadas pelos países com alto



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

desempenho nessa área. A maioria prevê, além da expansão de recursos, vagas ou direitos. E adia para o 3.º ano do fundamental o direito da criança de se alfabetizar. Quem colocaria o filho numa escola que tivesse tal proposta?

A obrigação de baixar leis municipais da educação, criadas à imagem e semelhança da lei nacional, foi uma piada de mau gosto. Os ativistas de praxe se mobilizaram para distribuir modelos prontos de debates não realizados e minutas de lei que nada têm que ver com a realidade dos municípios. Mas o conformismo com prazos promete acesso a eventuais migalhas em Brasília.

A proposta de obrigar Estados e municípios a estabelecer planos de carreira, num momento de crise e sem levar em conta a drástica redução do crescimento da população, é receita para inviabilizar de vez os orçamentos municipais. A ideia de um custo/aluno nacional desafia qualquer racionalidade econômica e desconhece a diversidade socioeconômica do País e dos municípios. A “escolha democrática de diretores” reitera um conceito especioso de “democracia participativa”, controlada pelos controláveis “movimentos sociais” e cujos resultados estão estampados em todos os lugares. É isso que queremos para o futuro do Brasil?

O caso do currículo é exemplar: depois de décadas protestando contra sua criação, os mesmos grupos agora se apropriam da elaboração de um currículo sem nenhum debate preliminar. Não começam modestamente abrindo o diálogo, examinando a experiência internacional e, depois disso, atacando questões centrais como o ensino da língua e da Matemática. A um grupo de 120 pessoas, escolhidas por critérios desconhecidos, mas viés conhecido, foi dada a tarefa de, em poucas semanas, elaborar currículos para 13 disciplinas – das creches ao ensino médio. A quem interessa a correria?

Não espanta o adesismo de instituições como a Undime, pois seu histórico revela um alinhamento político muito bem definido de seus dirigentes com as pautas do PNE e do atual governo. Mas espanta a atitude dos governadores e seus prepostos, os secretários que constituem o Consed. Espanta o imobilismo de instituições representantes dos municípios, como a ABM e a CNM, que parecem se contentar com muxoxos e pedidos de mais recursos. Espanta o silêncio dos partidos políticos, que parecem não enxergar nem as deficiências do plano e suas armadilhas nem os reais interesses por trás de implementação intempestiva.

Mais curiosa, ainda, é a atitude de algumas instituições não governamentais que, antes mesmo da aprovação do plano, já se ocupavam de estabelecer instrumentos para fazer o seu acompanhamento – uma espécie de vigilantes do peso dos outros. Não seria mais adequado utilizar a independência e o potencial intelectual dessas instituições para avaliar, ex-ante, o potencial de contribuições ou estragos dessas propostas?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nas guerras, fala-se de colaboracionistas. Nos períodos de paz, fala-se em “inocentes úteis”. No século 21, é difícil de achar inocência em qualquer lugar. É fato que existe no Brasil uma unanimidade – tão burra quanto qualquer uma, para citar Nelson Rodrigues – a respeito de educação. Mas essa unanimidade padece de um vício de origem: as convicções compartilhadas das pessoas e dos partidos sobre educação não se baseiam em evidências, mas em convicções ideológicas. Basta comparar a lista das metas & mitos do PNE com as políticas e práticas dos países que avançam na educação para entender o buraco em que nos metemos.

O momento é propício para uma moratória no PNE. O vice-presidente da República convida os partidos e a sociedade para um entendimento. O setor produtivo – que já respondeu à convocação – seria um grande beneficiário de uma revisão desse plano, já que este, da forma que está, não vai melhorar a qualidade dos recursos humanos tão necessários ao aumento da produtividade no Brasil.

Não seria a crise econômica uma boa razão para rever o PNE e focar em prioridades que façam a diferença na vida dos alunos, especialmente dos carentes? E evitar que os municípios incorram em gastos maiores, sem perspectiva de financiamento e retorno? O ministro Levy agradece. Os que dependem da escola pública também.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 12/08/2015
Assunto: Sistema Nacional de Educação		Página: Online



MEC DEBATE EM SÃO PAULO DOCUMENTO-BASE PARA CRIAR SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Proposta ainda será discutida e detalhada antes de ser encaminhada ao Congresso Nacional como projeto de lei; intenção é aumentar a autonomia e as responsabilidades de estados e municípios

Fonte: Agência Brasil

Representantes do Instituto Ayrton Senna, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e do Ministério da Educação (MEC) reuniram-se hoje (10), em São Paulo, para debater o documento que servirá de base para a criação do Sistema Nacional de Educação, divulgado no dia 19 de junho pelo MEC.

A proposta ainda será discutida e detalhada antes de ser encaminhada ao Congresso Nacional como projeto de lei. A intenção é aumentar a autonomia e as responsabilidades de estados e municípios com a educação e, ao mesmo tempo, garantir financiamento e recursos técnicos para que cumpram com essas obrigações.

A diretora de Articulação com o Sistema de Ensino do MEC, Flávia Nogueira, disse que serão feitas novas reuniões com as entidades da sociedade que se interessarem em discutir o assunto e dar sugestões, até que uma outra versão do documento seja feita com essas ideias, para então abrir uma consulta pública a partir de outubro.

“Teremos reuniões até o final do ano paralelamente com a consulta pública. Esse ciclo de debates que fazemos com as instituições do campo educacional acontece desde 2012. Esse debate continua sempre, mas de forma mais organizada como consulta pública faremos a partir de outubro”, disse Flávia.

O texto-base divulgado pelo MEC propõe a criação de padrões nacionais de qualidade, do currículo até a estrutura das escolas. Definidos os padrões, União, estados e municípios deverão trabalhar conjuntamente para atingi-los. Pelo texto, a União e os estados terão que dar apoio aos municípios, tanto financeiro quanto técnico, para que cumpram as obrigações.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O documento diz ainda que a reforma tributária é necessária para garantir equilíbrio entre os entes federativos, mas ressalta que ela não ocorrerá a tempo da definição do SNE. "Um equilíbrio dessa natureza depende de uma reforma tributária, que pode exigir muito mais tempo para a construção de acordos federativos do que o próprio Sistema Nacional de Educação. Nesse contexto, é fundamental encontrar uma solução para o financiamento educacional", diz a proposta.

A presidente do conselho do Cenpec, Neca Setúbal, disse que a criação do SNE é fundamental para potencializar todos os esforços dos diferentes atores da sociedade para avançar na questão da aprendizagem e na garantia do direito de educação de qualidade a todos: "É importante pensar que temos que ter um sistema de cooperação num regime de colaboração e ter clareza de quais são as responsabilidades de cada instância da federação com resultados concretos de aprendizagem".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 12/08/2015
Assunto: Sistema Nacional de Educação		Página: Online



SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO VAI À CONSULTA EM OUTUBRO

O SNE vai, entre outras coisas, definir normas e detalhes do regime de colaboração entre União, Estados e municípios

Fonte: Blog do Paulo Saldaña - Estadão.com

O Ministério da Educação (MEC) pretende abrir até outubro consulta pública sobre o projeto do Sistema Nacional de Educação (SNE). O sistema vai, entre outras coisas, definir normas e detalhes do regime de colaboração entre União, Estados e municípios, celebrando mecanismos de financiamento – com maior protagonismo federal – e de um padrão de qualidade.

Um primeiro texto construído sob a coordenação da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) do MEC já está disponível – postado no blog Avaliação Educacional. No dia 18 de agosto, um novo encontro entre educadores que lideram o processo deve resultar nas linhas gerais do que será levado à consulta. A proposta deve ficar aberta para discussão por pelo menos 60 dias.).

Similar ao conceito do Sistema Único de Saúde (SUS), o SNE deverá resultar em uma “descentralização qualificada”, como definiu o secretário da Sase, Binho Marques, em encontro na manhã desta segunda, dia 10, promovido pelo Instituto Ayrton Senna e Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) em São Paulo. “Os resultados do esforço na educação realizado nos últimos anos ficaram aquém do que se esperava porque falta sinergia (entre os sistemas de ensino, secretarias e o MEC)”, disse o secretário. “O País é diverso, o que é muito bom, mas sem um sistema nacional essa diversidade vira isolamento.”

O SNE deve reforçar o papel do MEC como coordenador nacional da educação, mas ainda está em discussão, segundo Marques, como se dará esse papel efetivo – sobretudo as atribuições que a pasta terá. Estão previstas instâncias tripartites, que envolverão os três entes federativos. A Sase ainda trabalha com um conceito de “territorialidade educacional”, em que um conjunto de municípios similares se



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

articulem de modo mais efetivo. Uma proposta nacional de diretrizes de planos de carreira dos professores, que deve ser aliada à Lei do Piso, também deve fazer parte do escopo do SNE.

O secretário relembra que a definição de um padrão de qualidade é essencial para a articulação entre os entes. Esse ponto, entretanto, ainda está indefinido. Há a previsão legal da criação do Custo-Aluno Qualidade (CAQ), que indica o investimento per capita – inicial – necessário para o padrão mínimo de qualidade. Entram na conta recursos para infraestrutura da escolas, materiais e equipamentos (os chamados insumos), além do salário dos professores – que responde pelo principal montante de incremento esperado de recursos para a educação.

O Custo-aluno Qualidade deve se tornar no principal mecanismo de expansão dos gastos da União com a Educação – invertendo a ordem atual, em que municípios e Estados arcam com os maiores gastos na educação básica. A e cobra uma definição do MEC. Um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), construído em parceria com a Campanha, foi aprovada em 2010, mas não chegou a ser homologada pelo MEC. “Concordamos com o conceito, mas na hora de transformar em regulamentação acabamos só falando de insumos”, criticou. “Não temos evidências de que aquilo que foi calculado de insumos vai trazer qualidade”.

O MEC defende que não haja um padrão para o Brasil todo a cerca dos insumos e realiza ainda um levantamento dos salários e carreiras dos professores para, segundo a pasta, ter um diagnóstico mais cristalino da realidade atual e do impacto financeiro futuro. A forma como a complementação financeira da União vai chegar nas escolas também não foi definida. “Queremos um sistema transparente. Não podemos também colocar mais dinheiro nos Estados e municípios e eles tirarem seu esforço fiscal e, no fim, as coisas não mudarem”, disse Marques.

O governo pretende definir a redação do projeto de lei de criação do sistema no começo do ano que vem. Depois o texto segue para o Congresso Nacional O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no ano passado, define que tanto o sistema quanto o CAQi devem estar prontos até o ano que vem. Além do MEC, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), comandada pelo ministro Mangabeira Unger, também divulgou uma proposta de um Sistema Nacional de Educação. , também postado no blog Avaliação Educacional, do professor Luiz Carlos de Freitas, da Unicamp.